



MULHERES COM PARTIDO



Idas e vindas

Entrevista com Maria do Céu de Lima

Mário Martins VIANA JÚNIOR, *Universidade Federal do Ceará*



(((AUDIODESCRIÇÃO)))

#PraCegoVer: A foto apresenta a professora Maria do Céu em atividade de militância política, quando foi candidata à deputada federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2018.



Este texto é uma transcrição da entrevista realizada com a Professora Maria do Céu de Lima, na Universidade Federal do Ceará, em 2018. Através dele o leitor poderá compartilhar um pouco das aventuras vivenciadas por Maria, quem, desde tenra idade, tem se posto em deslocamento para superar as adversidades da vida. Assim, visualizamos seu caminhar retirante para driblar as adversidades do sertão nordestino, bem como seu empenho em migrar para completar, ampliar e diversificar sua formação e atuação intelectual.

Trata-se, portanto, de um texto rico que apresenta uma identidade feminina bastante complexa. Encontramos nela desde a professora dedicada ao magistério, até a militante em prol dos povos do mar cearense; a esposa e mãe de dois filhos e a mulher empenhada na luta dos povos indígenas, dos professores das universidades federais; a geógrafa investigadora das relações urbanas e a geógrafa içada pelas comunidades tradicionais. Enfim, um constante deslocar-se de si, do seu corpo que envolve o leitor e a leitora pelo olhar, convidados/as a refazerem algumas das trajetórias de nossa entrevistada. Boa leitura!

Pergunta: Hoje são 19 de dezembro de 2018 estou com a Professora Maria do Céu de Lima aqui na Universidade Federal do Ceará: entrevistador Mário Martins Viana Júnior. Nós vamos compor essa entrevista para montagem do dossiê Mulheres na Política, coordenado pela professora Patrícia Rosalba, que será publicado na revista Cadernos de Gênero e Diversidade. Então, Maria tem algumas perguntas básicas[...] fale um pouco da sua infância onde nasceu onde morava e talvez algum aspecto relevante né, dessa história pessoal aí que marca mais da infância e da adolescência.

Maria do Céu: É, eu nasci em um lugar chamado Capinópolis em Minas Gerais, município que faz parte do triângulo mineiro. E essa história tem vínculo com o processo migratório protagonizado pelos meus pais, que saíram do Rio Grande do Norte num período de seca para uma região que era considerada uma região produtora de grãos. O convite partiu e sempre foi lembrado pelo discurso de um tio que dizia que pais de família, homens trabalhadores, chegando numa região que sempre chovia sempre teriam como garantir o sustento das suas famílias. E nesse propósito meu pai, que no seio familiar era reconhecido como um homem trabalhador, migra com sete filhos. No curso do



deslocamento realizado num caminhão pau de arara o filho mais novo morreu, e em razão dessa tragédia vivida minha mãe nunca quis fazer a migração de retorno ou mesmo voltar para passear na sua terra natal. A família passou a viver a experiência de morar numa região marcada pelas 4 estações; meus pais e irmãos mais velhos muito trabalharam e começaram a produzir nas terras arrendadas por esse tio e depois, também, com o pouco que se ganhou com as safras anteriores conseguiram sobreviver e também arrendar terras, e assim foram circulando em diferentes localidades em busca de terra para trabalhar. Filha caçula, nasci no último município que eles produziram sob o contrato de arrendamento. Com tudo que conseguiram economizar compraram um pedaço de terra em um município vizinho em 1969, e como não tinham recursos próprios para instalar a infraestrutura necessária fizeram um financiamento bancário e passaram a plantar no sonhado pedaço de chão. E o sonho, balizado pela ideia de que em Minas Gerais não tinha seca e de que produziriam e que não pagariam mais renda da terra, virou pesadelo, pois perderam a produção por três anos seguidos.

Pergunta: É mesmo?

Maria do Céu: Estiveram submetidos à realidade agrária da época. O papai, a mamãe e os meus irmãos, pessoas simples e que não tinham estudo, não tinham ideia dos riscos e das implicações do uso da terra como garantia do financiamento contratado. Diante da perda da produção por 3 anos seguidos, o papai que não concebia a ideia de não conseguir arcar com o compromisso de pagar o banco, decidiu (mesmo tendo o desacordo dos meus irmãos) e vendeu a terra para um comprador paulista que na verdade paga-lhe com títulos da dívida agrária, cujo resgate implicou em grande perda.

Pergunta: Nossa!

Maria do Céu: Os irmãos mais velhos se desencantaram com o ocorrido e decidiram buscar alternativas de trabalho. Sobrou apenas o suficiente para a compra de uma casa na cidade de Santa Vitória, e a partir de ali era hora de recomeçar!. Mas como não tinha trabalho e nem



oportunidade para os filhos mais novos continuarem estudando, alguns anos depois ocorreu uma nova etapa migratória, chegamos em Uberlândia, a cidade onde cresci, estudei e obtive o título de licenciada em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Pergunta: Em que ano isso?

Maria do Céu: 1979

Pergunta: Vocês migram em 69, e ai depois saem vão pra cidade em 79.

Maria de Céu: A trajetória vivida é marcada: primeiro o que é o viver da família camponesa no Nordeste brasileiro em tempos de secas históricas, o que leva meus pais a migrarem para Minas Gerais e; em seguida, pela sua condição de trabalho marcada pelo pagamento de renda da terra e pelo fim do tempo que lhes era permitido permanecerem, a busca por novas localidades. Meus pais e irmãos mais velhos migraram para Minas gerais em 1952; em 1969 a compra da Fazenda N. Sra. Aparecida; em 1973 para Santa Vitória e em 1978 para Uberlândia.

Isso expressa a dificuldade de acesso à escola que existia no interior. Nasci em 1963, mas só em 1972 consta o primeiro ano escolar. Nunca fui reprovada, mas só termino o segundo grau em 1982. E isso só foi viabilizado porque um irmão mais velho que já morava em Uberlândia disse aos meus pais: “olha, precisamos garantir que pelo menos os irmãos mais novos estudem”. Dentre os 11 filhos somente 3 filhos mais novos foram os que estudaram até cursarem cursos de graduação. Comecei a trabalhar em 1979 (com carteira assinada), passei no vestibular em 1984 e conclui o curso de Licenciatura em Geografia.

Pergunta: A graduação foi em geografia na UFU?

Maria do Céu: Sim, comecei em 1984 a Licenciatura Curta em Estudos Sociais na UFU porque era ofertado à noite o que me



possibilitava estudar e continuar trabalhando. Logo percebemos um clima de insatisfação em relação ao curso que era fruto da concepção do Governo Militar. A minha turma, nucleando estudantes que já eram de turmas anteriores e a turma que chegou no segundo semestre daquele ano, organiza e atua para o fim dos Estudos Sociais; recomeçamos em 1985 vinculados ao currículo de Licenciatura Plena em Geografia ou História. Estive nesse processo, nesse movimento e inclusive fui a primeira presidente do Centro Acadêmico que na verdade lá era chamado de Diretório Acadêmico. Conclui o Curso em 1988.

Não tenho dúvida: ser estudante-trabalhadora foi um ganho na minha vida. Mesmo com as dificuldades tenho claro que se não tivesse estudado ao tempo que eu também trabalhava, não teria estudado. Mas é já na condição de professora na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) que eu vou viver a oportunidade de poder dizer: tenho tempo para estudar. Porquê o aprofundamento temático das aulas era consequência da oportunidade de poder estudar, entende?

Pergunta: Sim.

Maria do Céu: Principalmente em uma universidade pequena do interior Baiano, que não tinha muita infraestrutura, não tinha recursos para pesquisa, não tinha programas de pós-graduação. Então a prioridade o tempo de trabalho era oportunidade proceder diversas leituras e fichar as referências bibliográficas para ministrar cada aula. Era muito bom ter tempo para estudar.

Pergunta: Que legal.

Maria do Céu: Eu acho que só vai ser melhor no mestrado na USP. Será uma outra condição: estudar não para preparar as aulas mas tempo para estudar como demanda do processo formativo aprofundado.

Pergunta: Isso é em que ano?



Maria do Céu: O ingresso no mestrado USP foi 1992. Contou com preparação que começou com o curso de especialização realizado entre 1990 e 1992 na PUC-Minas Gerais com bolsa do Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT)/CAPES. A UESB era tão nova que permitia mesmo aos professores substitutos acessassem as bolsas e cursassem por módulos nos intervalos dos semestres, que foi concluído em janeiro de 1992. Submeti-me aos processos seletivos da pós-graduação em Geografia da UFRJ e da Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da USP. Para minha felicidade fui aprovada nos dois processos seletivos, um privilégio poder escolher onde estudar, a decisão estava entre morar no Rio de Janeiro ou de São Paulo, cidades metropolitanas. Devido a vínculos familiares em São Paulo, e às características do ensino de Geografia e das linhas de pesquisa, escolhi cursar, a partir de março de 1992, o mestrado na FFLCH-USP, com bolsa PICDT-Capes. Não tenho dúvidas que durante os 18 meses em que permaneci em São Paulo, vivi a experiência excepcional de ser estudante em tempo integral, sob a orientação da Dra. Ana Fani Alessandri Carlos; enfrentando desafios de ser aprendiz de grandes mestres da Geografia brasileira (ser aluna dos professores Milton Santos, Regina Sader e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, entre outros), estudar sobre o pensamento de Karl Marx e seus divulgadores; estudar e compreender o movimento do pensamento do Henri Lefebvre, filósofo e sociólogo e, para isso, estudar com afinco a língua francesa, inclusive fazendo proficiência – a orientadora não aceitou as proficiências realizadas em inglês e espanhol, justificando: “precisas ler bem em francês”; participar dos colóquios quinzenais e demais atividades no/do Laboratório de Geografia Urbana (LABUR); atuar como membro da Comissão de Assuntos Urbanos da Associação dos Geógrafos Seção São Paulo (1993-1994); conhecer estudantes de pós-graduação de diferentes estados e regiões; ter acesso ao rico acervo da Biblioteca de Ciências Humanas da FFLCH-USP e, em especial, ser estudante e representante dos pós-graduandos da Geografia Humana no Colegiado da Pós-Graduação da Geografia da USP. Para uma interiorana, filha de camponeses que migraram do Nordeste, foi uma grande oportunidade e motivo de muita aprendizagem.

Foi fantástico estudar numa universidade de referência no ensino e na pesquisa do Brasil. E foi lógico: não foi fácil. Lembro-me, quando lá cheguei, ainda não tinha lido Karl Marx (exceto alguns trechos de parte das obras) e outros tantos autores que faziam parte das Ciências



Humanas, principalmente, de orientação marxista. E a minha orientadora uma geógrafa marxista. [...] Num encontro de orientação ela disse assim: mas você não leu Marx? Respondi que não tinha lido. Na verdade tinha lido fragmentos e capítulos mas não tinha domínio sobre a teoria em causa.

Dependendo do dia estudava dez, doze ou quatorze horas sem nenhuma dificuldade. A biblioteca da FFLCH/USP era expressão do mundo até inacessível. Na minha história na UFU comprei poucos livros, o que li foi através das cópias xerocopiadas e do que acessei no acervo da biblioteca, que abria nos dias de sábados; praticamente todos os sábados ia à biblioteca, porque era a possibilidade de acessar os livros. Na USP era sempre possível, você imagina? Morei uma parte desse período na Residência Universitária (Crusp), bem próximo da Biblioteca, do Anfiteatro e do Museu de Arte da USP. Foi um tempo em que vivi embebida em novas experiências culturais e possibilidades abertas por ser aluna uspiana. Desde então tenho vínculos afetivos com a comunidade uspiana.

Pergunta: E nessa imersão surgiu o que como pesquisa lá no final?

Maria do Céu: Quando Cheguei em Vitória da Conquista encontrei homens e mulheres que lutavam pelo direito ao território na cidade, muitos eram trabalhadores sem-terra oriundos das antigas fazendas de café e de outras culturas. Passei a pesquisar sobre a realidade vivida por eles, defendi a dissertação intitulada Do Território Desejado ao Lugar Possível - Cidade, Luta e Apropriação.

Pergunta: O doutorado, ele é na USP também, nesse eixo da geografia agrária?

Maria do Céu: Desde que cheguei no Ceará fui delineando um campo de interesse impulsionado pelas discussões da questão fundiária, dos conflitos e dos direitos territoriais de comunidades e povos tradicionais na zona costeira do Ceará. No projeto submetido para seleção par cursar o doutorado, também, realizado na USP priorizei



investigar sobre a realidade da zona costeira cearense com um projeto intitulado “Das Paragens às Territorialidades Híbridas: raízes, dinâmicas e conflitos”. O objetivo da referida investigação era discutir o processo de produção do espaço no/do litoral leste cearense, e de modo especial compreender as territorialidades litorâneas que se caracterizam a partir da cultura marítima, do confronto entre modos de vida das comunidades tradicionais com as práticas da sociedade urbana; em especial considerando no contexto a discussão sobre a crise ambiental, os desafios na conservação dos ecossistemas costeiros, a garantia da pesca artesanal, direitos e os conflitos pelo uso dos bens comuns.

São quase 30 anos que sou docente. Na UFC uma jornada de 25 anos dedicada à docência, à pesquisa, à extensão e à gestão institucional. Além das muitas disciplinas que ministrei, envolvi-me em atividades, projetos de pesquisa, ações extensionistas e atividades formativas associadas às reivindicações de estudantes, de professores de redes de ensino municipais e estaduais, de trabalhadores do serviço público, de docentes, de movimentos ambientalistas, sociais e populares. Participei, apoiei e acompanhei caminhadas, empates, caravanas, ocupações, greves, enfim manifestações que expressam lutas, resistências e conquistas de direitos sociais. São muitas lembranças, alguns registros.

Convivi e contribuí, também, ativamente com a formação de estudantes (razão da existência da universidade) que, para minha alegria, de modo comprometido com as causas sociais, atuam nos seus campos profissionais brilhantemente. Muitos deles atuam como professores das redes municipais e estaduais de ensino no Ceará e em outros diversos estados, nas capitais e no interior. Um outro tanto são professores em universidades particulares e universidades públicas. Com maior orgulho e alegria convivo com ex-alunos que são hoje professores das universidades estaduais (UECE, UVA, URCA) e das Universidades Federais (UFC, UNILAB e UFCA) do Ceará.

Pergunta: Maria, se agente for entrar pela vida acadêmica a gente não para porque é mais de uma geração, né? Mas então, eu queria saber um pouco também como é que você se envolve com a política. Eu acho que tanto dentro da academia, mas também fora, haja vista que você foi candidata pelo PSOL agora no ano de 2018. Como é que é essa tua relação com a política?



Maria do Céu: Acho que começou quando ainda garota participava de grupo de jovens vinculado a Igreja no bairro em que morava. Minha família de tradição católica, conservava nas paredes imagens de santos e santas, se reunia para rezar o terço e frequentava às missas. Mas o que mais chamava a atenção era o sentido de uma frase dos cânticos associados à Teologia da Libertação que dizia “igreja é povo que se organiza”. As temáticas sociais das Campanhas da Fraternidade que diziam de uma igreja viva, comprometida com a superação das mazelas sociais chamavam a minha atenção. Para além das reuniões do grupo de jovens, fui me envolvendo com os desafios vividos pela juventude e lutas dos estudantes. Sem esquecer que além de trabalhar para garantir a sobrevivência, tinha interesse em fazer o vestibular. No meio da juventude do bairro chamava a atenção que muitos colegas terminavam o 2º grau e diziam que não iriam mais estudar, pois nem vislumbravam envolverem-se na jornada universitária. Pensava muito diferente deles, investi e consegui uma vaga para estudar na UFU; na disciplina de filosofia passei a conviver com a crítica às religiões e quando o movimento de renovação carismática passou a ser orientação pastoral na paróquia afastei-me do grupo. Na Universidade vi muitos colegas assumindo a militância partidária vinculada a constituição do PT, mas avalei que me aproximar da militância partidária naquele momento requeria tempo que eu não tinha e falta-me a mobilização pessoal para tal inserção. Então eu optei por participar e tentar compreender o que era a política educacional. A partir do envolvimento no movimento em torno do fim do curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais e instituição do Curso de Licenciatura em Geografia, como essencial para uma boa formação de professores e a compreensão da Geografia como Ciência Humana e que deveria estar comprometida com a transformação da sociedade reforçaram em mim o papel da participação como ator político; a partir das bandeiras de lutas que justificariam paralisações e greves docentes me envolvi nas lutas por educação na UFU.

Em Vitória da Conquista não tive tempo pra me envolver com a atividade sindical, mas quando cheguei na UFC a minha opção foi vincular-me ao movimento docente. No entanto sempre incomodava em relação a política e, principalmente, em relação a política partidária era entender como impróprios os movimentos de aparelhamento das estruturas organizações. Sempre achei isso um problema, é tanto que quando fui dirigente sindical entendia porque ser parte de uma base que



a ela deveria representar. Sempre compreendi que era possível construir uma ação política em relação a defesa da universidade pública, gratuita e socialmente responsável, assumindo que necessitava dialogar com sujeitos com múltiplos olhares no campo sindical e fora dele. Nunca foi problema lutar lado a lado com quem era de partidos, mas eu sempre achei que era possível construir uma ação política a partir da docência e da ciência engajada.

Pergunta: Na direção do ANDES, você participa em que período?

Maria do Céu: Particpei em duas gestões. Uma como vice-presidente regional da Nordeste 1 (2004 a 2006) e a outra como diretora na função de secretária nacional (2006 a 2008).

Pergunta: Certo, mas tem um momento da sua vida que você dá uma guinada partidária, você assume essa questão.

Maria do Céu: É mas isso foi muito mais recente e não muda a compreensão do equívoco que é o aparelhamento partidário de organizações sindicais, por exemplo. Assumo que sempre fiz escolhas políticas e inclusive participei ativamente de algumas campanhas partidárias. Por convicção fiz a primeira campanha do Lula (que não foi eleito) e depois da segunda campanha. Quando da publicação entendi que aquela carta do Lula aos Brasileiros era só uma estratégia de campanha, enganei-me pois já sinalizava uma tendência para um governo de frente popular. As orientações da constituição da transição para o primeiro governo Lula, o processo da reforma da previdência do sistema público foi pra mim e a opção por fortalecer o sistema de ensino superior privado foram para mim expressão de um programa de governo que não romperia com a velha política. No caso do Ceará as indicações para cargos que o PT fez à época respaldava pessoas que os movimentos já denunciavam. Não participei da campanha de reeleição do Lula e nem as outras seguintes. Em Fortaleza, nas campanhas da Luizianne Lins, porque entendia que tinha um sentido de renovação na política que era importante para o Ceará, a exemplo do que foi a histórica campanha da Maria Luíza Menezes Fontenele a prefeita de Fortaleza. A candidatura da



Luizianne Lins (sem o apoio da direção do PT-CE) foi mobilizadora. Do ponto de vista da gestão da Luizianne Lins ao mesmo cargo, primeiro mandato, cumpriu um papel importante em termo de pensar políticas, descaminha-se quando se associa ao grupo dos Ferreira Gomes – momento em que me distanciei. Então eu sempre estive inserida no mundo da política apesar de não estar filiada. Quando o grupo saiu do PT e passou a construir o PSOL (em especial tinha como referência o João Alfredo) vi que ressurgir uma posição representava muito o que penso. Segui próxima, mas não estava convencida pela opção da filiação pois continuava priorizando a autonomia para construir aquilo que eu imaginava que era importante no movimento docente: atuar na defesa da educação e da universidade pública. Acho que consegui cumprir importante papel nos múltiplos diálogos porque sempre afirmei a posição classista defendida pelo ANDES. Muitos que me (re)conheciam associavam, em função do que muitos diziam da minha radicalidade, primeiro ao PT e depois ao PSTU; e na realidade isso vai consolidar do ponto de vista da opção partidária com o PSOL. É importante registrar, também, outros aspectos: avalio como significativa a perda da autonomia dos movimentos sociais e populares em razão do ‘lulopetismo’ e a transição do ponto de vista da organização dos movimentos para o que gerou a organização a partir dos fóruns de coletivos, eu acho que, inclusive, diante da crise no movimento docente da UFC assumimos como opção a construção de coletivo docente. O André [Vasconcelos – professor da UFC] inclusive faz a crítica a nossa ação, a minha participação vinculada a isso; mas como não conseguimos retomar a ADUFC para o sindicalismo classista (como estratégia da fração da classe) vislumbramos que a forma como poderíamos continuar resistindo era assumir um coletivo docente como face pública na atuação política. Só que imersa nesse processo de fracionamento do movimento docente (que também está associado ao produtivismo acadêmico) e em razão de assumir posições política e acadêmicas, que não predominava na unidade onde estava lotada, vivi a impossibilidade de permanecer lá e me senti muito só. Senti o peso das disputas e a falta de solidariedade mesmo de pessoas que junto historicamente militei.

Cumpri sempre com as tarefas e responsabilidades por que isso permitia-me falar e atuar de acordo com a minha consciência e sem submissão aos interesses das administrações, por exemplo. Estudei e obtive todos os títulos que a carreira universitária possibilita, isso contribuiu para tornar possível construir uma história de compromisso



com as causas sociais e garantia de direitos essenciais à classe trabalhadora. O que não me impediu de enfrentar dificuldades pelo modo como penso o papel da docência.

Pergunta: Dentro dessas disputas essa falta de solidariedade desses formatos mais estruturais tanto na vida política partidária como na academia, você acha que o machismo ainda é muito presente?

Maria do Céu: Ah, sim muito presente. Tenho para mim que se fosse um professor mesmo com história parecida não teria vivido o que vivi e sido alvo da desconfiança e de assédio moral... “é porque seria “briguento””. Prevaleceu a incompreensão das razões da luta pelo direito ao exercício profissional balizado pelo direito ao pensamento divergente, da crítica ao autoritarismo e ao machismo presente e exercido por homens e mulheres. Mesmo pessoas envolvidas em várias lutas que estavam perto na Universidade e me viram sendo atacada não compreenderam que era hora e estratégico se solidarizar. Senti-me muito só!

No PSOL encontrei um lugar onde havia debate, diversidade de pensamento e perspectivas para a resistência. A presença da juventude faz diferença na política em construção. As lutas identitárias são expressivas nas formas de construção partidária. As relações no interior do partido refletem o que se passa na sociedade, inclusive e infelizmente o machismo e o autoritarismo – com uma diferença o esforço da sua desconstrução com a existência do setorial de mulheres. Então, essa escolha pelo PSOL foi uma escolha que se dá na maturidade e a partir de um olhar de quem procurava não estar só e não terá dificuldade em problematizar as vicissitudes identificadas. Para além do contexto pessoal, era a avaliação dos desafios postos pela conjuntura política brasileira.

Pergunta: Maria, dada essa observação da existência do machismo muito forte tanto dentro como fora da academia, mesmo nas estruturas partidárias, a minha pergunta seria mais quais foram as estratégias que tu lançou mão pra enfrentar talvez isso, essas questões machistas e também como você observa a participação das mulheres, tanto em candidaturas como em posições de decisão, posições mais



centrais hoje no cenário, dado que a gente tem um cenário político extremamente complexo. Um presidente que se elege com discurso machista, com discurso homofóbico né, que vai contra a população LGTTB.

Maria do Céu: Sempre entendi ser necessário atuar para garantir que a garantia dos direitos e possibilidades das políticas afirmativas. Sempre que necessário posicionei contra as discriminações e pela garantia do direito à diferença. Lembro que no segundo semestre de 1996 lidei com uma situação de uma estudante que relatou que um professor a assediava. Ouvir e saber dessa prática foi um sofrimento para mim, reagi e tentei muito que ela concordasse em denunciar a prática, mas ela decidiu que não faria a denúncia e nem autorizou que tomasse alguma providência, justificou que ele era um nome importante e que ele tinha vínculos com pessoas de referência inclusive fora da UFC (inclusive depois ele se candidatou e assumiu cargo). Desde então tive um olhar muito cuidadoso em relação à situação das estudantes e sei que não é fácil a vida das mulheres no espaço universitário, principalmente nos locais que prevalecem o discurso meritocrático. No geral não vejo uma atuação diferenciada em prol de melhoria das condições de trabalho e vida das mulheres no interior da instituição. Não tenho muitos motivos para pensar que mesmo na maioria dos casos em que mulheres assumiram funções na gestão universitária da UFC houve mudanças significativas. Vejo ainda é muita repetição de práticas que fortalecem as práticas associadas ao machismo.

A candidatura? Minha candidatura a deputada federal surgiu no contexto da discussão da necessidade de candidaturas de referência que reafirmasse a importância da política, que possibilitasse ampliar a representação do PSOL, que contribuísse para garantir os 30% de candidaturas femininas (há sempre mais homens dispostos a se candidatarem-se) e, também, que colaborasse para garantir a demanda básica da votação. Se coadunou com o significativo do esforço na definição do conjunto de candidaturas para a Câmara Federal que permitiu garantir 1,51% válidos para o PSOL-CE, essencial para cumprir a Cláusula de Barreira.

Cabe observar: se no movimento docente não tinha um partido, dentro do PSOL-CE não tinha uma corrente; assumir uma candidatura (independente) associada apenas ao Setorial Ecosocialista foi



complicado. Imaginava que as campanhas seriam construções mais horizontalizadas e que a participação e garantia das candidaturas de mulheres estariam mais consolidadas no contexto partidário. Descobri que a prática não era bem assim. Isso ficou expresso nas próprias definições das candidaturas femininas, na distribuição do fundo eleitoral especial e no uso do tempo de TV. Apesar de garantido os 30% do montante dos recursos para as candidatas a deputadas federais, a definição das correntes foi estabelecer uma expressiva discrepância na distribuição dos valores para cada candidatura. Enquanto teve candidatura feminina que recebeu quase R\$ 90.000,00 a minha candidatura recebeu R\$ 2.600,00.

Avaliávamos que seria a mais difícil campanha do PSOL. Porque a situação política, a conjuntura e a descrença nos processos eleitorais. Quando me filiei não pensava em ser candidata, mas a realidade nos impeliu a assumir o compromisso materializado na plataforma política que balizou a candidatura, em especial pautando a educação e universidades públicas.

Pergunta: Você tirou quantos votos?

Maria do Céu: Recebi 1766 votos. Foi uma experiência necessária mais foi muito difícil fazer essa campanha eleitoral 2018. Não me refiro só da falta das condições objetivas e de construção coletiva, refiro-me a polarização que marcou o período eleitoral. No entanto, acho que piores são condições para a militância e candidaturas de jovens e mulheres que no mundo do trabalho estão associados ao precariado. Em muitos casos, o desafio que está posto é o da sobrevivência no dia-a-dia.

Pergunta: Da sobrevivência?

Maria do Céu: Existência mesmo, porque tinha gente que não tinha a certeza da garantia da sobrevivência. Estavam na campanha em razão do desejo de contribuir com a construção de projeto de transformação social visando a superação das desigualdades sociais. A educação e universidade públicas são ferramentas importantes para a construção da paz e justiça social.



Pergunta: Dito isso Maria, mas encaminhando para o final, qual é a leitura que tu faz hoje do cenário político e percebendo também o país, qual é a avaliação que a gente faz para o país hoje e para amanhã? Como você está percebendo isso?

Maria do Céu: A conjuntura vai ser muito difícil, eu não tenho dúvida disso. Nada do que está posto como propostas pelo governo do candidato eleito nos sinaliza tempos sob a primazia da justiça e paz, da defesa da conservação ambiental, de políticas públicas focadas na diminuição das desigualdades sociais e da garantia de condições essenciais ao bem viver da classe trabalhadora. As mortes da Marielle Franco, dos lutadores dos movimentos sociais e de defensores de direitos humanos e de vítimas de balas perdidas sem que a punição dos mandantes ou culpados sejam efetivadas pelos sistemas de justiça. Prevejo que serão anos muito difíceis, em especial para as mulheres e para as juventudes que vivem nas periferias urbanas precarizadas e territórios ocupados por comunidades e povos tradicionais. Com o cenário de criminalização dos movimentos sociais, de manifestantes e entidades sindicais entendo que difícil será travar as lutas que necessárias contra os retrocessos tendo em consideração a vigência da lei do terrorismo nº 13.260, lamentavelmente aprovada sob o comando do governo Dilma Russelff, em 2016. Viver nos pedirá coragem e disposição para ocupar a política. Nada mais atual do que a recomendação do Paulo Freire: é preciso esperarçar!

Pergunta: Maria, para finalizar, mencione um livro que você gosta.

Maria do Céu: Um livro que eu gosto...

Pergunta: Pode ser até mais de um.

Maria do Céu: Por uma outra Globalização de autoria do Milton Santos (2011) e CULTURA, POLÍTICA & IDENTIDADES: Ceará em Perspectiva II, publicado pelo IPHAN (2017).



Pergunta: Uma Música?

Maria do Céu: Reis do Agronegócio do Chico César, com letra de Carlos Rennó, traz à baila a discussão da realidade brasileira que ganha novos contornos diante das últimas novidades no campo da política em escala nacional e global.

Pergunta: Poema?

Maria do Céu: Poesias do Fernando Pessoa.

Pergunta: Uma frase?

Maria do Céu: Duas frases:

A frase da Marielle Franco: “Eu sou porque nós somos”.

A frase da minha campanha: “É preciso ter sonhos, sempre”.

Pergunta: E um sonho?

Maria do Céu: A superação desse momento da política brasileira, que nos distancie dos horrores da ditadura e dos tempos sombrios!

Mário Martins: Obrigado Maria, pela entrevista.